Cria órgão de execução, altera atribuições e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de redefinição das atribuições dos órgãos de execução do Ministério Público, ajustando-os à demanda de serviço existente;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, na sessão de 23 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo MPRJ nº 2015.00459313,

RESOLVE

Art. 1º – Fica criada a 5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, pelo aproveitamento da Promotoria de Justiça junto à 5ª Vara de Família da Capital, extinta em conformidade com a Resolução GPGJ nº 1.991, de 4 de agosto de 2015.

Art. 2º – Às Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital incumbe, na área territorial do Município do Rio de Janeiro, promover a defesa, extrajudicial e judicial, dos direitos transindividuais à saúde, inclusive mental, especificamente em relação aos serviços de saúde prestados com emprego de recursos públicos, observados os critérios de repartição de atribuições dispostos nos artigos seguintes.

Parágrafo único – As Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital atuarão, inclusive, como órgão interveniente nas ações civis públicas ajuizadas por outros legitimados e nas ações populares que lhes forem conexas, sempre que tenham por objeto a matéria referida no *caput*.

Art. 3º – Para fins de definição das atribuições disciplinadas nesta Resolução, entendem-se:

I – acompanhamento integral, a atuação ministerial que verse sobre o planejamento, organização e implementação de redes de atenção e linhas de cuidado em Saúde;

II – questões internas, as referentes à eficiência dos serviços de assistência à saúde e auxiliares (a exemplo dos serviços de limpeza, vigilância patrimonial, esterilização, manutenção predial, nutrição e alimentação, gerenciamento de resíduos e necrotério), à gestão de medicamentos, insumos e recursos humanos, à regulação interna, ao transporte sanitário, aos apoios diagnóstico e terapêutico e às condições sanitárias, desde que vinculadas especificamente ao funcionamento íntimo de determinada unidade de saúde.

Art. 4º – A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital terá atribuições exclusivas para:

I – o acompanhamento integral da rede de atenção à urgência e emergência, incluídos os respectivos serviços móveis;

II – as questões internas das Unidades de Pronto Atendimento, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e das Coordenações de Emergência Regionais, situadas na área territorial do Município do Rio de Janeiro, ressalvadas as atribuições dos arts. 5º, inciso I, e 7º, inciso VI, desta Resolução;

III – as questões internas dos Hospitais Souza Aguiar, Miguel Couto, Evandro Freire, Getúlio Vargas, Salgado Filho, Carlos Chagas, Francisco da Silva Telles, Lourenço Jorge, Albert Schweitzer, Rocha Faria e Pedro II, bem como de outras unidades hospitalares, públicas ou privadas complementares, destinadas preponderantemente ao atendimento de urgência e emergência e que venham a ser integradas à rede pública de saúde, na área territorial do Município do Rio de Janeiro, após o advento desta Resolução;

IV – as questões de recursos humanos relacionadas exclusivamente à área temática mencionada no inciso I;

V – os atos de improbidade administrativa relacionados aos temas elencados neste artigo, com a ressalva do art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.681, de 21 de setembro de 2011.

Parágrafo único – Excluem-se das atribuições previstas nos incisos I, II e III, as questões referentes à política de assistência farmacêutica, de insumos e equipamentos em Saúde, para as quais será observado o disposto no art. 8º, inciso VI.

Art. 5º – A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital terá atribuições exclusivas para:

I – o acompanhamento integral da rede de atenção à saúde prisional, exclusivamente quanto à tutela coletiva, em unidades de saúde públicas e privadas complementares, incluídas as de internação hospitalar, situadas na área territorial do Município do Rio de Janeiro;

II – o acompanhamento integral da rede de atenção à saúde mental, incluídos os respectivos serviços e ações voltados à população infanto-juvenil e as hipóteses de internação hospitalar, em unidades públicas e privadas complementares, situadas na área territorial do Município do Rio de Janeiro, ressalvadas as atribuições do art. 7º, inciso I, desta Resolução;

III – o acompanhamento integral da área temática de cuidados prolongados de saúde, em unidades públicas e privadas complementares, situadas na área territorial do Município do Rio de Janeiro, ressalvadas as atribuições do art. 7º, inciso I, e observado o disposto no art. 10 desta Resolução;

IV – as questões de recursos humanos relacionadas exclusivamente às redes e áreas temáticas mencionadas nos incisos I, II e III;

V – as questões internas das unidades, públicas e privadas complementares, destinadas exclusivamente ao atendimento à saúde mental e à saúde prisional e com inscrição própria no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

VI – os atos de improbidade administrativa relacionados aos temas elencados neste artigo, com a ressalva do art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.681, de 21 de setembro de 2011.

§ 1º – Ficam mantidas as atribuições das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Capital no que concerne à fiscalização de entidades de acolhimento especializadas para o atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais ou usuários de substâncias entorpecentes.

§ 2º – Excluem-se das atribuições previstas nos incisos I, II, III e V, as questões referentes à política de assistência farmacêutica e de insumos e equipamentos em Saúde, para as quais será observado o disposto no art. 8º, inciso VI.

Art. 6º – A 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital terá atribuições exclusivas para:

I – o acompanhamento integral das áreas temática de oncologia, hematologia (hemorede), oftalmologia, reabilitação, saúde auditiva, diagnose (laboratório e imagem) e tuberculose, em unidades de saúde, públicas e privadas complementares, situadas na área territorial do Município do Rio de Janeiro, ressalvadas as atribuições do art. 7º, inciso I, desta Resolução;

II – as questões internas das unidades hospitalares, pré-hospitalares e policlínicas, públicas e privadas complementares, localizadas especificamente no território das Áreas de Planejamento 1, 2.1 e 2.2, definidas no Decreto Municipal nº 3.157/81 e posteriores alterações, ressalvados os Hospitais Adventista Silvestre, Instituto Estadual do Cérebro, Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro e as unidades referidas nos arts. 4º, incisos II e III, 5º, inciso V e 7º, incisos V e VI, desta Resolução;

III – as questões de recursos humanos relacionadas exclusivamente à área temática mencionada no inciso I;

IV – as questões relacionadas à Política de Regulação em Saúde na área territorial do Município do Rio de Janeiro, incluída a fiscalização das Centrais, Complexos e demais estruturas regulatórias;

V – as questões relacionadas ao planejamento, financiamento e gestão financeira dos recursos do Sistema Único de Saúde, na forma da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

VI – os atos de improbidade administrativa relacionados aos temas elencados neste artigo, com a ressalva do art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.681, de 21 de setembro de 2011.

§ 1º – No exercício da atribuição prevista no inciso V, incumbirá ao órgão de execução velar, dentre outros temas, pelos planos de saúde dos Governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, pelo financiamento das iniciativas em saúde nas suas leis orçamentárias, bem como pela gestão dos respectivos Fundos de Saúde e pela observância dos gastos mínimos legais e constitucionais.

§ 2º – Excluem-se das atribuições previstas nos incisos I e II, as questões referentes à política de assistência farmacêutica e de insumos e equipamentos em Saúde, para as quais será observado o disposto no art. 8º, inciso VI.

Art. 7º – A 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital terá atribuições exclusivas para:

I – o acompanhamento integral da atenção primária à saúde, em unidades públicas e privadas complementares, situadas no Município do Rio de Janeiro;

II – o acompanhamento integral da atenção à saúde de crianças e adolescentes, incluídas a internação hospitalar e a atenção de média e alta complexidade, em unidades públicas e privadas complementares, situadas no Município do Rio de Janeiro, ressalvadas as atribuições dos arts. 4º, inciso I e 5º, inciso II, desta Resolução;

III – o acompanhamento integral da atenção à saúde materna, especificamente quanto aos programas e serviços de pré-natal e de assistência ao parto e ao puerpério, em unidades públicas e privadas complementares, situadas no Município do Rio de Janeiro;

IV – as questões de recursos humanos relacionadas exclusivamente às áreas temáticas mencionadas nos incisos I, II e III;

V – as questões internas das unidades básicas de saúde;

VI – as questões internas das unidades hospitalares e pré-hospitalares, públicas e privadas complementares, destinadas exclusivamente ao atendimento materno e/ou de crianças e adolescentes e com inscrição própria no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

VII – atos de improbidade administrativa relacionados aos temas elencados neste artigo, com a ressalva do art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.681/11.

§ 1º – Ficam mantidas as atribuições das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Capital, exclusivamente no que refere à tutela individualizada do direito à saúde de crianças e adolescentes.

§ 2º – Excluem-se das atribuições previstas nos incisos I, II, III, V e VI, as questões referentes à política de assistência farmacêutica e de insumos e equipamentos em Saúde, para as quais será observado o disposto no art. 8º, inciso VI.

Art. 8º – A 5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital terá atribuições exclusivas para:

I – o acompanhamento integral das áreas temáticas de cardiologia, ortopedia, terapia renal substitutiva, neurologia, hanseníase, transplantes, terapia intensiva e HIV/AIDS, em unidades de saúde, públicas e privadas complementares, situadas no Município do Rio de Janeiro, ressalvadas as atribuições do art. 7º, inciso I, desta Resolução;

II – as questões internas dos Hospitais Adventista Silvestre, Instituto Estadual do Cérebro e Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro, bem como das unidades hospitalares, pré-hospitalares e policlínicas, públicas e privadas complementares, localizadas especificamente no território das Áreas de Planejamento 3.1, 3.2, 3.3, 4, 5.1, 5.2 e 5.3, definidas no Decreto Municipal nº 3.157/81 e posteriores alterações, ressalvadas aquelas referidas nos arts. 4º, incisos II e III, 5º, inciso V e 7º, incisos V e VI, desta Resolução;

III – as questões relacionadas às Conferências, Conselhos e demais instrumentos de controle social da saúde na área territorial do Município do Rio de Janeiro;

IV – as questões relacionadas às atividades estadual e municipal de vigilância sanitária e epidemiológica em ações e serviços públicos de saúde, na área territorial do Município do Rio de Janeiro;

V – as questões de recursos humanos relacionadas exclusivamente às redes e áreas temáticas mencionadas nos incisos I e II, bem como para as questões gerais do Estado e do Município do Rio de Janeiro afetas à referida política em Saúde, ressalvadas as atribuições dos arts. 4º, inciso IV, 5º, inciso IV, 6º, inciso III e 7º, inciso IV;

VI – as questões afetas à política de assistência farmacêutica e de insumos e equipamentos em Saúde na área territorial do Município do Rio de Janeiro;

VII – os atos de improbidade administrativa relacionados aos temas elencados neste artigo, com a ressalva do art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.681/11.

Art. 9º – As 3ª e 5ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, na área territorial do Município do Rio de Janeiro, terão atribuição residual e concorrente para os temas inseridos no art. 2º e não atribuídos explicitamente aos órgãos de execução referidos nesta Resolução.

Parágrafo único – No exercício da atribuição concorrente referida no *caput* serão observados critérios que assegurem a divisão interna equitativa de serviço.

Art. 10 – Ficam mantidas as atribuições das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo Capital, relativamente à tutela coletiva de direitos transindividuais à saúde dos idosos e das pessoas com deficiência, observado, quanto às que possuem transtornos mentais, o disposto nos arts. 2º e art. 5º, inciso

II, especificamente em relação aos serviços de saúde prestados com emprego de recursos públicos.

Art. 11 – Serão remetidos aos órgãos de execução referidos nos arts. 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da eficácia desta Resolução, todos os feitos em tramitação que se compreendam nas suas atribuições.

Art. 12 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de abril de 2017.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017.

José Eduardo Ciotola Gussem
Procurador-Geral de Justiça